

# ***V-ra* no português: uma análise diacrônica**

(*V-ra* in Portuguese: a diachronic analysis)

**Kellen Cozine Martins,<sup>1</sup> Maria da Conceição de Paiva<sup>2</sup>**

<sup>1,2</sup>Programa de Pós-graduação em Linguística – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/CNPq)

kellencozine@yahoo.com.br, paiva@club-internet.fr

**Abstract:** The morpheme *-ra* to indicate pluperfect (*mandara*) practically disappeared from Brazilian Spoken Portuguese, being replaced by other variants, as the periphrase *ter/haver* + past participle (*tinha mandado*) and the simple past (COAN, 1997; MARTINS, 2010). Traces of this verb form remain in formulaic constructions, such as *quem me dera, tomara, quisera, pudera eu*, derived from the possibility of the uses of the morpheme with modal sense. The aim of this research is to discuss the contexts of modal readings of the morpheme *-ra*, during the period between sixteenth and twentieth centuries, and its idiomatization in contemporary Portuguese.

**Keywords:** morpheme *-ra*; diachronic analysis; schematization.

**Resumo:** O morfema *-ra* para a indicação de pretérito mais-que-perfeito (*mandara*) praticamente desapareceu do português brasileiro falado, cedendo espaço a outras formas concorrentes, como a perífrase *ter/haver* + particípio passado (*tinha mandado*) e o perfeito simples (*mandou*) (COAN, 1997; MARTINS, 2010). Resquícios dessa forma verbal resistem em construções optativas cristalizadas, como *quem me dera, tomara, quisera, pudera eu*, originadas na possibilidade de usos do morfema *-ra* com valor modal [-*realis*]. O objetivo deste artigo é discutir os contextos de leitura modal do morfema *-ra*, no período compreendido entre os séculos XVI a XX e sua idiomatização no português contemporâneo.

**Palavras-chave:** morfema *-ra*; análise diacrônica; esquematização.

## **Introdução**

Uma característica conservadora do sistema modo-temporal do português em relação a outras línguas românicas é a preservação da forma simples (*amara*), herdeira do mais-que-perfeito latino (*amaveram*), para a expressão de anterioridade a um ponto de referência passado. Estudos diacrônicos mostram, no entanto, que, pelo menos a partir do século XV, essa forma já encontrava concorrência na perífrase *ter/haver* + particípio passado, e mesmo na forma de pretérito perfeito<sup>1</sup> (cf. p. ex. MATTOS E SILVA, 2001; BROCARDO, 2010). Produtivo em períodos anteriores do português, como testemunham numerosos exemplos do português medieval, o morfema *-ra* de mais-que-perfeito se torna marginal no português brasileiro falado, preservando-se, ao que tudo indica, apenas em registros literários ou em estilos escritos mais formais.

Além do seu valor temporal, o morfema *-ra* admitia usos modais [-*realis*], igualmente herdados do Latim, equivalentes ao do imperfeito do subjuntivo e ao do futuro do pretérito, já destacados por diferentes autores (SAID ALI, 1964; BECKER, 2008; BROCARDO, 2010). Também esses usos, comuns entre autores quinhentistas e seiscentistas, decrescem

---

<sup>1</sup> No decorrer do presente artigo, são usadas as seguintes abreviaturas: PMQPS para se referir a pretérito mais-que-perfeito simples; PMQPC, para pretérito mais-que-perfeito composto; PPS, para pretérito perfeito simples; V para verbo; EsC para estado de coisas.

ao longo dos séculos, desaparecendo quase inteiramente no português contemporâneo. No entanto, resquícios desses valores modais podem ser encontrados em expressões cristalizadas ou formulaicas com valor optativo, tais como *quem me dera, tomara, quisera, pudera eu*, como já atestado por Coan (1997).

O objetivo deste artigo é discutir algumas evidências diacrônicas de que essas construções optativas cristalizadas com *-ra* resultam dos empregos do morfema *-ra* com valor [-*realis*]. Através de uma análise de documentos escritos do século XVI ao século XX<sup>2</sup> e de dados de fala do português brasileiro contemporâneo,<sup>3</sup> defendemos que a cristalização/idiomatização dessas construções optativas se insere no quadro mais amplo da perda de produtividade da desinênciã *-ra* ao longo dos séculos. Adotando pressupostos teóricos propostos por Bybee (2010), interpretamos essa perda de produtividade em termos do conceito de esquematização. Acreditamos que a construção optativa, em estágios anteriores, admitia um leque mais amplo de formas verbais e foi gradualmente se convencionalizando pela ação do processo cognitivo denominado *chunking*. De acordo com Bybee (2010), quando duas ou mais palavras são frequentemente usadas juntas, elas podem desenvolver uma relação sequencial (*chunking*) e a força de entrincheiramento (conexão) resultante da repetição faz com que essa sequência de unidades seja estocada na memória como uma única unidade de processamento linguístico e produzidas de forma automática pelos falantes. Acrescenta a autora que “todos os tipos de expressões convencionalizadas, de pré-fabricadas às idiomáticas e às construções, podem ser consideradas *chunks* para fins de processamento e análise” (BYBEE, 2010, p. 35, tradução nossa).

Este artigo compreende três seções: na primeira, tecemos considerações a respeito dos usos da desinênciã *-ra* em português; na segunda, focalizamos os diferentes contextos

2 Para o levantamento diacrônico, foram utilizados os seguintes textos: SÉCULO XVI: Textos extraídos do Corpus Internacional de Língua Portuguesa, são eles: Cartas de D. João III, Carta Jesuítas, Carta de Caminha, JBarros Dil Vic Vergonha; SÉCULO XVII: Textos extraídos do Corpus Histórico do Português Tycho Brahe, são eles: A arte de furto (1645), Cartas familiares (1646), Tácito (1646), Côrte na Aldeia e Noites de Inverno (1607), Gazeta (1642), História do futuro (1667), Monarchia Lusitana (1619), Poesia e Pintura (1635), Sermões (1667); SÉCULO XVIII: Textos extraídos do Corpus Internacional de Língua Portuguesa, são eles: Carta Aldeamento de índios, Correspondência da administração pública do estado da Bahia, Cartas Comerciais do estado do Maranhão, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, Textos da administração pública (CILP1BMPBC), Representação oficial (CILP1BMRERJ), Carta-relatório (CILP1PMCORJ). Textos extraídos do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB): Cartas Oficiais, Cartas Pessoais, Cartas Comerciais, Documentos Oficiais e Documentos Particulares. Textos extraídos do Corpus Histórico do Português Tycho Brahe: Cartas Brasileiras; SÉCULO XIX: Textos extraídos do Corpus Internacional de Língua Portuguesa, são eles: Cartas Comerciais do estado do Paraná, Cartas Aldeamento de índios do estado de São Paulo, Cartas Pessoais dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. UNESP (CGM, DMA, IRP, RNG e RV) e Cartas de leitores dos estados (Paraná, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo).

3 Os dados de fala do português contemporâneo reúnem textos extraídos do Projeto Censo/PEUL e do Projeto NURC-RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro). O Projeto Censo é composto pelas amostras Censo 80, representativa da variedade carioca falada no início da década de 80, e Censo 00, gravada no início dos anos 2000. A Amostra 80 reúne 64 entrevistas sociolinguísticas e foi estratificada consoante as variáveis independentes: a) idade (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e acima de 50 anos); b) escolaridade (1º e 2º ciclo do ensino fundamental e médio); c) gênero (feminino e masculino). A Amostra 00 é constituída de 32 entrevistas organizadas de acordo com os mesmos parâmetros de estratificação da Amostra 80, que lhe serviu de base. Visando a compatibilizar as duas amostras, para este estudo, foram utilizadas apenas 32 entrevistas da Amostra Censo 1980. O acervo do Projeto NURC-RJ reúne entrevistas, gravadas durante as décadas de 1970 e 1990, com informantes de nível superior completo e nascidos no estado do Rio de Janeiro.

modais da construção *V-ra* ao longo de cinco séculos; na terceira, interpretamos as evidências depreendidas à luz dos princípios cognitivos envolvidos na idiomatização dessas construções optativas. Seguem-se as considerações finais.

## Usos de *V-ra*

A construção focalizada, neste estudo, é constituída por um verbo seguido do morfema *-ra* (*cantara*), que, por definição, indica a anterioridade a um estado de coisas passado, como no exemplo (01), do PB escrito contemporâneo.

- (01) “Ela me contou que, como não tinha lesões aparentes, os policiais a orientaram a representar no 7o DP (*onde **registrara** outro B.O. 15 dias antes*), porque na ocasião tinha feito exame de corpo de delito. No dia seguinte, ela foi ao 7o DP e representou”, diz Ana Maria. (*Época*, 10/04/2009 – Edição n. 569)<sup>4</sup>

Segundo diversos autores (MAURER JR., 1959; THIBAUT, 1993; BECKER, 2008; BROCARDO 2010), o português preservou o sentido latino do morfema *-ra*, distinguindo-se, assim, de outras línguas românicas em que essa desinência desapareceu, seguindo, de acordo com hipótese de Maurer Jr. (1959), uma tendência que remonta ao Latim Vulgar. Ainda de acordo com esse autor, a concorrência das formas analíticas (*laudatum habebam*) teria contribuído de forma decisiva para a decadência da desinência *-ra*.

Todavia, mesmo no português, o baixo rendimento da forma simples de pretérito mais-que-perfeito se faz notar não só na modalidade falada, mas até mesmo em registros escritos mais formais, como já observado por Mattoso Camara Jr. (1984). Segundo o autor, em lugar do PMQPS, “ou se emprega o pretérito perfeito, que não está formalmente marcado [...] ou se substitui por uma locução de participio com o verbo auxiliar *ter* no pretérito imperfeito (tinha cantado em vez de – cantara)” (MATTOSO CAMARA, 1984, p. 10).

Pesquisas, principalmente de orientação variacionista, permitem confirmar essa perda da produtividade de *V-ra* para indicação de passado do passado (cf. p. ex. COAN, 1997, 2003; MARTINS, 2010, 2011). Coan (1997) constata que, no português falado, a variação se estabelece, basicamente, entre as variantes pretérito perfeito simples e pretérito mais-que-perfeito composto (com o auxiliar *ter*), não sendo registradas, na amostra controlada pela autora, ocorrências de mais-que-perfeito simples. Martins (2010, 2011) atesta apenas 12% de *V-ra* em textos escritos do domínio jornalístico, mostrando que essa forma é largamente suplantada pelo emprego de PPS (55%) ou pela perífrase com *ter/haver* (31%). A autora pode constatar, ainda, maior limitação nos contextos linguísticos de ocorrência da forma simples de pretérito mais-que-perfeito, tal como a existência de um outro marcador de referência temporal (advérbios ou sintagmas preposicionais de referência temporal, orações adverbiais temporais) que reforça a anterioridade de um estado de coisas em relação a outro.

Como constata Martins (2010, 2011), o caráter mais formal da forma simples de pretérito mais-que-perfeito é atestado, na medida que a variante apresenta uma distribuição

4 No exemplo (01), trata-se de um contexto de relações temporais complexas, caracterizado por apresentar diferentes EsC passados que estão relacionados a um ponto de referência particular, a forma verbal *contou*. Como explica Martins (2010, p. 26): o verbo *contou* expressa anterioridade à origem, tornando-se ponto de referência para a situação descrita pelo verbo *orientaram*, que, por sua vez, é convertido em referência sobre o qual se ancoram as situações expressas pelos verbos *registrara* e *tinha feito*.

diferenciada não só em relação aos diferentes jornais e revistas analisados, como também aos diferentes gêneros textuais. A maior recorrência da forma de PMQPS é observada em jornais e revistas voltados para um público-alvo menos popular, como o jornal *O Globo* e a revista *Época*, que conservam uma escrita mais formal. Relativamente ao gênero discursivo, há maior produtividade de PMQPS nas crônicas, provavelmente, em virtude da natureza literária desse gênero, e em notícias, o que pode ser explicado pela própria estrutura essencialmente narrativa desse gênero, e, conseqüentemente, o predomínio de outros elementos demarcadores de tempo e espaço.

Como já destacado por outros autores (cf. p. ex. SAIDALI, 1964; BECKER 2008), a desinência *-ra* admitia também, já desde o período medieval, usos modais, equivalentes ao de futuro do pretérito ou de imperfeito do subjuntivo, ilustrados, respectivamente, por (02) e (03):

- (02) A decima batalha foy con o alcaide Genyo Filnio que era adeantado dos Roma~a~os. E foy ve~çudo Genyo e *perdeo* hy toda sua co~panha e elle **ouvera** hy a seer morto e escapou per ventuyra (Crónica Geral de Espanha / Séc. XIV – Cap. 54 - 294).
- (03) E fogyo Varro, consul, a Veneza co~ quinhe~tos cavalleyros. E desta batalha e das outras que avya vençudas dos Roma~a~os *e~vyou* a Afryca tres moyos de sortelhas d’ouro que forom tomadas aos senadores e aos outros home~e~s honrrados. E tanto foron coyados e desmanhados os Roma~a~os desta batalha que estiverom a ponto de leixar Roma e Ytalia e desemparalas se no~ **fora** Cepion, o Ma~cebo (Crónica Geral de Espanha / Séc. XIV – Cap. 54 - Texto 294).

Essa possibilidade de emprego do PMQPS com valor [-*realis*],<sup>5</sup> segundo Ravizza (1958, p. 265), já era atestada em latim, principalmente com os verbos modais *poder* e *dever*, expressões modalizadoras como “ser necessário”, “ser desejável”, com os verbos *credo*, *puto*, *arbitror*, *opinor* e análogos, especialmente se precedidos de negação (Ex: **non crediderat** = não teria acreditado, **melius fuerat** = teria sido melhor), e na apódose de períodos condicionais (BROCARD, 2010).

Esse uso [-*realis*] da desinência *-ra* sobreviveu em outras línguas românicas, como destaca Maurer Jr. (1959):

Com vestígios do sentido latino, mas geralmente com valor de condicional, este tempo se encontra no espanhol, no catalão e no provençal antigos, e na Itália meridional (na idade média, também em Roma e na Úmbria); no francês, nos primeiros textos, com valor de simples pretérito: e.g., treze exemplos no Saint Léger: *laissera* (v. 126), *estera* = *esteve* (v.230), *fisdra* = *fêz* (v.121), *vindre* < *venerat* (v.202), etc. Sobrevive finalmente no sardo antigo, e.g., *levarat*, *fekerat*, *poserat*. Um vestígio desse tempo no Oriente subsiste certamente na 3ª pessoa do plural do perfeito rumeno, *cântarǎ*, *tăcurǎ* de *cantarant* e *tacúerant* respectivamente. (p. 126)

No entanto, ao que tudo indica, no português, esses empregos foram diminuindo progressivamente ao longo do tempo (BECKER, 2008). Comparando a trajetória divergente do morfema *-ra* em espanhol e em português, Becker (2008) afirma que, em espanhol, o emprego de *-ra* modal foi forte o suficiente para invalidar a interpretação tradicional temporal do morfema, ilustrando um tipo (ou *cline*) de mudança gramatical em que uma

5 Um EsC [+*realis*] é um que realmente aconteceu ou realmente está acontecendo, enquanto um EsC [-*realis*] refere-se a situações hipotéticas no passado ou no futuro, incluindo também desejos, metas e previsões sobre o futuro (v. LYONS, 1977; COMRIE, 2004 [1985]).

categoria de subjuntivo é derivada de uma de indicativo. No português, também são detectados usos de *-ra* em contextos tipicamente condicionais e modais, restritos ao subjuntivo *-sse* e ao futuro do pretérito *-ria*. Contudo, enquanto, no espanhol, a mudança avança, no português, há a perda de vitalidade de usos modais de *-ra*, que “retrocedeu durante o século 19 a contextos condicionais, transformando o uso de *-ra* em contextos *irrealis* uma estratégia estilística altamente marcada no reino da retórica pomposa” (BECKER, 2008, p. 166, tradução nossa). Ainda nos termos do autor:

em português, os desenvolvimentos tomaram a direção oposta: a contra-evidência disponível, que poderia ter negado o estatuto mais-que-perfeito de *-ra* foi simplesmente insuficiente. Os usos modais, que não eram predominantes, puderam ser reduzidos como extensões de função temporal com o efeito de que nenhuma mudança a uma reinterpretação [*-realis*] tenha ocorrido. Como vimos, algumas intrusões em outros contextos [*-realis*] estavam no caminho, mas esses movimentos permaneceram como tentativas e não foram repetidos pelo resto da comunidade de fala. (BECKER, 2008, p. 173-174, tradução nossa)<sup>6</sup>

Embora também o uso modal da desinência *-ra* se torne mais e mais rarefeito ao longo dos séculos,<sup>7</sup> resquícios da forma de PMQPS podem ser atestados nas construções optativas, idiomatizadas, que expressam uma expectativa futura, como desejo ou esperança. Como nota Othon M. Garcia (2010 [1967]):

O pretérito mais-que-perfeito (simples), além do seu sentido fundamental (de fato passado anterior a outro), pode, com certos verbos, conotar desejo ou esperança (linguagem optativa): “Ah! Quem me dera recuperar o tempo perdido! Prouvera a Deus que tal coisa fosse possível! Quisera ter hoje a idade de meus filhos!” Às vezes, tem sentido difícil de bem caracterizar, valendo como uma estrutura: “Você foi reprovado. Pudera! Não estuda!” Subtendendo-se o “pudera” como: nem poderia ser de outra forma, era coisa de prever. (p. 93)

Na seção seguinte, focalizamos, de forma mais detalhada, os usos modais do morfema *-ra* no período compreendido entre os séculos XVI e XX com o objetivo de identificar seus contextos e tecer algumas considerações a respeito da perda de esquematização de *V-ra*. Evidentemente, dado o recorte temporal deste estudo, não nos atrevemos a traçar uma trajetória dessas construções.

## Usos modais da construção *V-ra*

Em textos datados do século XVI, o morfema *-ra*, além do seu emprego canônico para marcar um distanciamento temporal, fazendo alusão a um momento passado anterior a outro, admitia valor equivalente ao do futuro do pretérito ou do imperfeito do subjuntivo, em contextos bastante próximos daqueles atestados já no latim, quais sejam, em orações complemento de verbos epistêmicos, como *crer* e *parecer*, e nas orações constituintes de períodos condicionais, como nos exemplos (04) e (05):

---

6 Face a isso, o autor indaga se devemos assumir um “limiar crítico” de dados responsáveis para mudança ou se temos de aceitar o simples fato de que resultados opostos podem ocorrer, mesmo em línguas muito relacionadas como o espanhol e o português.

7 A última ocorrência atestada por Said Ali (1964) do uso das terminações *-ara*, *-era* e *-ira* substituindo o imperfeito do subjuntivo e o condicional data do século XVII.

- (04) me sprevaes se vos parece bem o modo em que lhe resply ao parecer e conselho que me deu no negocio de Franca, ou se vos *parece* que **fora** melhor d’outra maneira e quejando vos *parece* que **devera** ser, e a estas tres cartas deradeiras o que vos parece que lhe devo responder. (Cartas D. João III, s. XVI)
- (05) e por que ão leva outro mandado meu senam este pera navegar esa fazemda, que se nom atreveria a tomar seobre sy nenhũa obrigaçam que podese trazer allguũ perjuizo ao carreguo que leva; pelo qual lhe pede que ho ajam asy por bem, avemdo por çerto que, *se* d’outra maneira **fora**, **folgara** muyto de lhe daar cõserva e se **ofercera** pera iso. (Cartas D. João III, s. XVI)<sup>8</sup>

As formas destacadas nos exemplos acima (*fora*, *devera*, *folgara* e *ofercera*) situam o estado de coisas como uma possibilidade, afastando-se, assim, do emprego [+ *realis*] do PMQPS. Nesses contextos, passam a indicar um distanciamento ou não comprometimento do falante quanto à veracidade ou validade do EsC descrito.<sup>9</sup> Adquirem, portanto valor [+ subjetivo], de acordo com a trajetória proposta por Traugott (2010, 2011) e, Traugott e Dasher (2002).

Uma interpretação de *V-ra* como futuro do pretérito é possível, ainda, em orações relativas em que se faz presente um verbo modal precedido de negação (SN [que não Vmodal-*ra*]):

- (06) E quamto á fazenda da urca, pello meu feitor de Framdes se pode fazer imteyrame)te a prova da que era minha; e a fara com a brevidade que lhe spreverdes que o faça, porque se caregou por elle, e esta aase)tado em livro a que se daa fee em outras mayores cõtias; e a demasya que he das partes, pois elle o spreve em numero çerto, deve saber pellas adições de cujo he; que d’outra maneira o *nam* **podera** sprever em numero çerto. (CILP1BMCDJ3 - Cartas D. João III, s. XVI - p. 38)

A combinação de verbo modal e de um operador de negação (*não* ou *nunca*) constitui uma estratégia de avaliação ou de justificação para um dado EsC que, de outro modo, não poderia ser realizado, pois seria contrário às evidências ou, no mínimo, às preferências do falante.

O valor de imperfeito do subjuntivo pode ser atestado, no mesmo período, numa estrutura variante do esquema condicional que é a oração comparativa-condicional ([como se (não) + *V-ra*]), como no exemplo (07):

- (07) acabado ocomer metemo nos todos no batel e eles cõ nosco ·/ deu hu)u) gromete ahu)u) deles hu)u)a armadura grande de porco montes bem Reuolta e tamto que atomou meteo a logo no beicho e por que se lho no) queria te)e)r · derã lhe hu)u)a pequena decera vermelha e ele corejeo lhe detras seu aderemço pera se te)e)r e meteo a no beicho asy Reuolta pera cjma e vijnha tam comtente com ela *como se* **teuera** hu)u)a grande joya (CILP1PACDCM - Carta de Caminha XVI - p. 21).

8 No exemplo (05) a forma *ofercera* apresenta uma certa ambiguidade, admitindo também uma interpretação temporal.

9 Segundo Lyons (1977, p. 797, tradução nossa), “qualquer enunciado em que o falante explicitamente qualifica seu comprometimento com a verdade da proposição expressa pela sentença que ele declara, seja essa qualificação feita explicitamente no componente verbal (como *may* ou *it’s possible*) ou no componente prosódico ou pragmático, é um enunciado epistemicamente modal ou modalizado”.

Destaca-se, ainda, no século XVI, a alta frequência (22 ocorrências) de *V-ra* [-*realis*] em contexto contrastivo ([V (modal)<sup>10</sup> -*ra* → (mas X)], como nos exemplos (08) e (09):

- (08) Espero em Noso Senhor que vos dee imteyra saude. E mãdey loguo despachar este coreo pera vos levar esta minha carta; o quall nam vay a outra cousa. E **prazera** a Noso Senhor que me trara tam boas novas de vos, e de vosa saude, como eu agora e sempre as querya saber (CILP1BMCDJ3 - Cartas D. João III, s. XVI - p. 43).
- (09) Espero em Noso Senhor que tudo aproveyte de maneira que ho xarife se allevante cõ muyto dano seu. Eu **folgara** muyto de vos *mãdar* lloguo vyr; porem, pollas cartas que me agora trouxe Vicente Reynell, que partio de Çafim nos Xi d’este mes, e pollo que elle diz do xarife estar de vagar, cõ sua opiniã me parece neçesaria e muyto meu serviço esperardes llaa, ate vyr o primeiro Recado de dõ Garçia, e isso que estaa prestes nesa cidade estar como estaa (CILP1BMCDJ3 - Cartas D. João III, s. XVI - p.128).

No exemplo (08), o uso do desiderativo *prazer* [do latim *placere*] equivale a “Deus queira, queira Deus” ou na base de um esquema condicional “Se a Deus prouver”. No exemplo (09), a construção *V-ra* apresenta um desejo não-realizado do falante e o contraste é expresso explicitamente, pela presença de uma oração adversativa que apresenta a(s) condição(ões) que inviabilizou(-ram) a realização do desejo. O enunciado como um todo funciona como uma condição de polidez, um pedido de desculpa por algo que o falante se julgava na obrigação (ou condição) de realizar.

Necessário destacar que, no esquema contrastivo, predomina a forma verbal *prazer* (19 ocorrências), embora outros verbos, também de natureza modal/desiderativa possam ocorrer tais como *querer*, *folgar*.

Em documentos do século XVII, embora se mantenham os esquemas já presentes no século anterior, algumas observações podem ser feitas. Parece haver uma expansão do esquema condicional, de modo que a interpretação [-*realis*] pode ser atestada não apenas em orações condicionais e comparativo-condicionais, mas também em orações causais, concessivas, consecutivas, conformativas, como no exemplo (10):

- (10) Se as gotas de sangue que derramei por ti, tiveram conta, nem de uma só me puderas dar boa conta, *ainda que padecera* por mim mil mortes; mas os milhares e os milhões foram das vezes que pizaste o mesmo sangue, sacrificando o infinito valor e merecimento d’elle, aos idolos do teu appetite. (Sermões – p. 55)

Neves (1999) destaca a proximidade entre relações condicionais, causais e concessivas, na medida que são “todas elas expressivas de uma ‘conexão causal’ lato *sensu* entendida, e todas elas explicáveis em dependência de satisfação/não-satisfação de necessidade/ de suficiência de determinadas condições” (p.545). No exemplo acima, a realização da

---

10 Os modais incluem tanto os deônticos como os epistêmicos. A origem da modalidade deôntica é frequentemente buscada na função desiderativa (isto é, expressão ou indicação de um desejo) e instrumental (conseguir que algo seja feito pela imposição do desejo de alguém a outros agentes) da linguagem. Lyons (1977) aponta três diferenças principais entre enunciados epistêmicos e deônticos: a) o primeiro tem a ver com a verdade de proposições; já o segundo com a necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis; b) há uma conexão intrínseca entre modalidade deôntica e futuridade, de maneira que a verdade de uma proposição modalizada deonticamente é determinada relativa a algum estado de mundo ( $w_t$ ) posterior ao estado de mundo ( $w_s$ ) em que a obrigação se sustenta; e este não pode preceder, embora possa ser simultâneo, ao estado de mundo ( $w_0$ ) em que a obrigação se impõe; c) necessidade deôntica geralmente procede, ou deriva, de alguma fonte ou causa.

proposição descrita na oração concessiva (padecer por mim mil mortes) não constitui condição suficiente para satisfazer a proposição da oração principal (poder dar boa conta das gotas de sangue que derramei por ti). Em outras palavras, o resultado da principal independe do que é descrito na concessiva.

Neste século, podemos verificar, ainda, a forte redução do verbo *prazer*, no esquema contrastivo [V (modal) *-ra* → (mas X)], com apenas 1 ocorrência. Mantêm-se produtivos os modais *querer* (3 ocorrências), *desejar* (1 ocorrência) e *poder* (3 ocorrências). Destaque é dado ao emprego do verbo *tomar* (4 ocorrências), indicando vontade de tomar posse ou de gozar de algo. Nesse caso, o traço desiderativo, que não é uma característica do verbo, emerge do contexto.

- (11) O primeiro instrumento da prática é a voz; e, para essa ser engraçada no falar, há-de ter estas propriedades: ser clara, branda, cheia e compassada; porque a voz escura confunde as palavras; a áspera e seca tira-lhe a suavidade; a muito delgada e feminina faz imprópria a acção do que fala; a muito apressada empeça e revolve as razões que per si podem ser muito boas; não trato das que a natureza inabilitou para esta perfeição, como é a voz do gago, do cicioso e do rústico grosseiro; mas na do cortesão **tomara** eu êstes atributos, porque há alguns que falam com a voz tão metida por dentro que deixam as palavras para si e os ouvintes às escuras, que lhes é necessário estar espreitando o que lhes querem dizer (Côrte na Aldeia e Noites de Inverno - p. 55).

Uma outra alteração verificada no século XVII diz respeito à expansão do esquema relativo para orações de polaridade afirmativa. O elemento de negação torna-se facultativo no esquema (SN [que (não) *V-ra*]), como mostra o exemplo (12):

- (12) Raynuncio tambem oppositor já era bisneto na linha do Infante Dom Duarte; mas não se fez caso da sua opposição, por ser defunta sua mãe, que a **devera** fazer, e por não constituir linha diferente da em que se achava a Senhora Dona Catharina, em melhor gráo que elle (A arte de furtar – p. 58).

O exemplo (12) ilustra um caso em que o conteúdo da relativa não pode se sustentar no mundo real seja porque o referente não existe seja porque é incapaz de realizar dada ação devido a determinadas circunstâncias.

Para além dos contextos encontrados no século anterior, há, ainda, o registro de outros dois esquemas: o esquema comparativo composto por um sintagma de superioridade + *V-ra* [Melhor *V-ra* do que X] e o de pergunta retórica introduzida pelo interrogativo *quem* [Quem *V-ra* X?], exemplificados, respectivamente, em (13) e (14):

- (13) Poderia ser assim: Hum Ministro, que tinha por officio pagar quartéis de juros, e tenças a todo o mundo, foy sonegando muito a titulo de não haver dinheiro; e em poucos annos com esta, e outras industrias taõ maliciosas, como esta, ajuntou mais de cem mil cruzados, de que deu oitenta mil a ElRey nosso Senhor, gabando-se que os poupava aos poucos, e que eraõ frutos (*melhor dissera* furtos) da pontualidade, e primor, que guardava em seu Real serviço (A arte de furta - p.105).
- (14) Se soubesses que vos não restava de vida mais que um mez, haviéis de chorar: e rides, e andaes alegre e contente, podendo ser que vos não reste um dia inteiro. **Quem dissera** a el-rei Balthasar, quando com tanta festa e alegria estava brindando aos seus idolos nos proprios vasos sagrados de oiro e prata que Nabucodonosor seu pae tinha roubado ao templo de Jérusalem: **quem** lhe **dissera** que a mesma noite d’aquella cêa fatal, era a ultima da sua vida, e dasua corôa? (Sermões - p.19)

Nos séculos XVIII e XIX, quase todos os esquemas de *V-ra* [*-realis*] atestados nos séculos anteriores se mantiveram, com exceção do esquema [V epistêmico + *V-ra*]. Mantém-se, também, promissor o emprego dos modais *poder*, *dever*, *querer* e *desejar*.

Cabe ressaltar, no entanto, que, diferentemente do que foi verificado no século anterior, há a fixação do verbo *dar* no contexto de pergunta retórica [Quem *V-ra* X?], como ilustra o exemplo (15):

- (15) Aquelle que tem mulher e filhos outro remedio não tem senão procurar-lhe o alimento trabalhando para não ser pesado aos outros; é o que me acontece como pae de familia. Indo eu procurar em algumas casas de negocio licenças para tirar, respondeo-me um dono da casa: - meu amigo, as minhas licenças eu as dou a um guarda da camara para as tirar, porque só assim fico descansado de multas e outros incommodos, embora pague por cada uma 3 ou 4 \$ réis, porque elles lá se entendem uns com os outros; e dizendo a esse bom homem que eu as tirava a 1 \$ réis, elle callou-se como preferindo pagar quadruplicadamente, e eu disse com os meus botões: ah, **quem me dera ser guarda!** (Cartas de leitores dos estados – CapítuloIV/Pernambuco - p. 21, século XIX)

Destaque também é dado ao emprego camaleônico do verbo *poder* no esquema [V (modal) *-ra* → (mas X)], que, com base no contexto, ora pode ser interpretado com um valor deôntico ora com um valor epistêmico-avaliativo. No primeiro caso, *poder* envolve valores como desejo, capacidade (cf. (16)). No segundo, *poder* implica a avaliação de uma dada situação, na base de alguma crença ou evidência de conhecimento do falante (cf. (17)):

- (16) Amaveis leitores. (Estou falando de pince nez). Já cá estou. De partida para Bello Horizonte, deixei em meu logar o Valerio interino; volto hoje a occupar o logargulho que o amavel Redactor me concedeu pondo o meu substituto no olho da rua. Daqui estou piscando os olhos e atirando abraços. (Em Bello Horizonte aprendi a dar beijos e abraços pelo moderno systema. Um beijo para as senhoritas (**pudera!**); mil abraços para a rapaziada (Cartas de leitores dos estados – Capítulo II/ Minas Gerais - p. 40, séc XIX).
- (17) Não começo por perguntar-lhe noticia de sua saude, porque pela ultima que me escreveo fiquei sabendo que está rijo como um cerne, fresco como uma alface, e alegre como um medico em tempo de epidemia. Tambem **pudera** não ser assim. O compadre passa um vidão, mora no meio da abundancia, sente o aroma das flores, e das arvores, bebe boa e cristalina agua (...) Ora realmente felicissimo compadre, uma vidinha destas é para chegar com certeza á idade do defunto Mathuzalen, que nem eu, nem o compadre conhecemos (Cartas de leitores dos estados – CapítuloVI/São Paulo - p. 36, séc XIX).

No século XX, da variedade de contextos em que era possível emergir uma leitura [-*realis*] para *V-ra*, apenas aquelas com valor semântico desiderativo parecem ter sobrevivido. Dois esquemas, particularmente, se fixaram e se expandiram por toda a comunidade de fala do PB contemporâneo.<sup>11</sup> São eles: [V (modal) *-ra* → (mas X)] e [Quem *V-ra* X?], restritos aos verbos *querer*, *tomar*, *poder* e *dar*.<sup>12</sup> Veja os exemplos:

- (18) F: Hum. E aí você... Sim! mas aí você... deve ter planos assim...  
F: Ah!  
E: ...profissionais...  
F: Sim eu...  
E: Você acha...  
F: Eu às vezes fico até achando: “**Tomara** que eu... seja contratada da Globo!...” Aí que eu... de repente eu seja uma correspondente no exterior!... Ou então até por aqui mesmo, porque... eu gosto. Mas... **Tomare** que eu ganhe bem... Essa é minha meta: ganhar bem, muito bem. Ter dinheiro pra fazer tudo o que eu quero, né? (Censo-RJ / Amostra 2000)

11 Na análise das amostras Censo-RJ e Nurc-RJ, além dos empregos [-*realis*] de *-ra*, foram encontrados três casos do morfema com valor temporal de passado anterior a outro.

12 A não ocorrência do verbo *poder* em enunciados exclamativos com um valor epistêmico-avaliativo, por exemplo, pode ser decorrência da limitação das amostras, visto que seu emprego parece não causar estranhamento.

(19) E: O que aconteceria... se você conseguisse realizar todos os seus sonhos?

F: O que aconteceria?...

E: Ahn.

F: Ah, eu acho... se eu conseguisse... que eu acho que eu... faria me sentiria realizada, né? Ainda mais porque... Eu acho que eu... não sei se eu vou conseguir... realizar meus sonhos, todos eles! porque se for ver a cada ano que passa você... tem um sonho, né? Aí quando cê ati... assim, você... atinge a meta de um, quando cê vai ver: “Aí!... Poxa!... **quem dera** eu viajar... pra não sei aonde.” Aí quando você viajar, volta: “Poxa, mas... também **quem dera** eu ter uma casa não sei aonde!” Aí quando você tem, você tá sempre cheia de sonhos, né? Mas eu acho que eu... me sentiria muito realizada. Uma pessoa realizada!... Estaria... muito contente (Censo-RJ /Amostra 2000).

Longe de serem uma exclusividade da fala, essas construções desiderativas/optativas podem ser encontradas também na escrita formal, para expressar um desejo, uma vontade, embora seu emprego seja pouco frequente nesta modalidade:

(20) E não foi detectada morte em suínos, uma característica da Gripe Espanhola. Além de humanos, por onde passou ela atingiu porcos, gado, cães e gatos. “Não acho que esta gripe será grave como foi a Espanhola”, diz Furtado. **Tomara** que ele esteja certo (Época – 02.05.2009 – Edição nº 572 - A ameaça da gripe suína).

Os exemplos considerados até este ponto permitem discutir dois aspectos de natureza estrutural. O primeiro está relacionado, especificamente, ao esquema contrastivo [V (modal) *-ra* → (mas X)]. Em estágios anteriores, os traços [+desiderativo] e [+contraste] eram expressos explicitamente na forma de verbo volitivo e de oração adversativa. A recorrência de *tomar*, verbo tipicamente [-desiderativo], em contexto em que emergia o valor volitivo levou, ao que tudo indica, à semantização desse traço. Ressalta-se, também, que, no PB atual, a relação contrastiva pode não ser explicitada. Visto que desejo é algo que só pode ser realizado no futuro, o único contraste que pode ser estabelecido é em relação ao estado de mundo em que o desejo se impõe. Ex: “Tomara que eu... seja contratada da Globo! *Mas no atual momento eu não sou*” (grifos nossos).

O segundo aspecto está relacionado às propriedades modo-temporais do verbo da oração complemento que contribui para o emprego dessas expressões em contextos pragmáticos particulares. Assim, o predicador da oração complemento das expressões *Quisera eu* e *Quem me dera* tende a ocorrer no imperfeito do subjuntivo, como ilustra o exemplo abaixo:

(21) F: A Barra antigamente era um lugá bom de morá, tendeu? A gente andava qualqué hora na rua, tava sempre andano. Hoje em dia, por exemplo, como eu vejo até assim nos repórte assim, jornal e coisa, como já fui lá pra fazê algum serviço, aí eu vejo que não é a merma coisa, não é um lugá que a gente é reconhecido, [que]... que a gente daquela época, né? que a gente andava a cavalo, andava de tudo, agora... hoje em dia, a gente não tem nada pra fazê isso. É mais um... tá um lugá mais violento, a gente quando vê lá é... muita coisa que a gente vê lá que escuta que... não é a merma coisa, mas não é mesmo! **Quem dera** que a Barra pudesse voltá aquilo que era, eu voltá aquele poço do (inint) pra tomá aquela água gelada (Censo-RJ / Amostra 2000).

*Quisera eu* e *Quem dera* remetem a um desejo do falante, cuja possibilidade de realização fica restrita a um mundo imaginário em que as coisas se desenvolveriam de acordo com suas preferências, como um “sonho” (cf. exemplo (19)). Enunciados introduzidos por essas expressões apresentam uma interpretação similar à do mais-que-perfeito do subjuntivo em Latim, tempo que, no português “passou a ser usado como imperfeito do

mesmo modo” (COUTINHO, 1967, p. 275). Empregava-se esse tempo, em enunciados optativos, especificamente, para indicar desejo, coisa ou ação que não se espera que aconteça no presente ou se sabe não ter acontecido no passado, como ilustram os exemplos (22) e (23) (cf. RAVIZZA, 1958):

(22) **Utinam te servavissent** = prouvera a Deus que eu te tivesse salvado (mas sei que não te salvei).

(23) **Vellem redisses** = quisera que tu tivesses voltado (mas sei que tu não voltaste).

Nos enunciados introduzidos por *Tomara*, há uma forte tendência de que o predicador da oração complemento esteja no presente do subjuntivo (v. exemplo (18)). Dado que, no Latim, não se empregava o mais-que-perfeito do subjuntivo para indicar coisa ou ação que se julga possível de realizar atualmente ou no passado, a expressão *Tomara* particula- riza-se por remeter a um desejo iminente, com possibilidade de realização no mundo real, como uma meta a ser alcançada.

## Conclusão

Esta pesquisa focou, especificamente, os usos modais do morfema *-ra*. A análise desenvolvida permitiu-nos depreender os contextos de leitura [*-realis*] da construção num determinado período da história do português e sua idiomatização no estágio atual. O que nossa análise permite dizer é que a construção *V-ra* de natureza temporal (isto é, categoria cognitiva mais básica, mais objetiva), em sua trajetória no português, gradativamente, estendeu seus contextos de uso a categorias e domínios mais abstratos e subjetivos. Podemos presumir que a repetição de *V-ra* em domínios condicionais e com verbos modais afetou a representação cognitiva da construção, levando ao surgimento de expressões com implicações pragmáticas específicas. A recorrência de *V-ra* no domínio condicional, especificamente entre os séculos XVI e XVII mostra que o emprego modal de *-ra*, fadado ao desaparecimento, resiste principalmente em seu contexto mais prototípico herdado do latim.

Os dados apresentados e discutidos, neste artigo, sugerem que a construção *V-ra*, em estágios anteriores, era mais esquemática e mais produtiva, uma vez que a posição V podia ser preenchida por uma variedade maior de verbos (como *Folgara eu! Desejara eu! Quem crêra! Quem dissera! Quem pudera imaginar!* etc). Ao longo dos cinco últimos séculos, essa produtividade vai se reduzindo e determinados itens lexicais (mais especificamente, verbos de alta frequência) se conservam nessa posição, resultando em expressões formulaicas que são estocadas como unidade indissolúvel. A perda de esquematicidade levou à perda de produtividade. À medida que os falantes deixaram de reconhecer o morfema *-ra* como uma parte de um esquema mais geral [*V + ra*], concebem as sequências de *chunks* “Quem dera”, “Tomara que” e “Quisera eu” como um todo autônomo e entrincheirado. No entanto, conclusões mais definitivas acerca da trajetória do morfema *-ra* e da sua perda de produtividade exige uma análise que considere os diferentes usos dessa desinência em estágios anteriores, principalmente, no português medieval.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Martin. From temporal to modal: divergent fates of the Latin synthetic pluperfect in Spanish and Portuguese. In: DETGES, Ulrich; WALTEREIT, Richard (Ed). *The Paradox of Grammatical Change: perspectives from romance*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 147-180.

BROCARDO, Maria Teresa. Portuguese pluperfect: elements for a diachronic approach. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies*, Lisboa, v. 5, p. 117-130, 2010.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge, UK: CUP, 2010. 252 p.

COAN, Márluce. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função (ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. 2003. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que) perfeito*. 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COMRIE, Bernard. *Tense*. 8. ed. London: Cambridge University Press, 2004. [1985]. 139 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967. 357 p.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 [1967]. 548 p.

LYONS, John. *Semantics*. v. 2. London: Cambridge University Press, 1977. 897 p.

MARTINS, Kellen Cozine. A variação entre o pretérito mais-que-perfeito simples e composto em textos jornalísticos. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 15-30, 2011.

\_\_\_\_\_. *A expressão variável de anterioridade a um ponto de referência passado na escrita midiática*. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOSO CAMARA JR., Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 125 p.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959. 298 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. 7, 1999. p. 545-591.

RAVIZZA, P. João. *Gramática latina*. 14. ed. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958. 560 p.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964. 375 p.

THIBAUT, André. *Formes synthétiques et analytiques de praeteritum das la Romania*. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, XX, 1992, Zurique. *Actes...* tome 3. Tübingen: A. Francke Verlag 1993. p. 397-410.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 341 p.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization and mechanisms of change. In: HEIKO, Narrog; BERND, Heine (Ed.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p.19-30.

\_\_\_\_\_. (Inter) subjectivity and (inter) subjectication: a reassessment. In: DAVIDSE, Kristin et alli (Org.). *Subjetification, intersubjetification and grammaticalization*. Berlin/NewYork: Mouton de Gruyter, 2010. p. 29-74.